

- b) O despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 19.º deverá ser proferido nos 45 dias subsequentes ao termo do prazo para a apresentação das candidaturas.

Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Setembro de 1992. — O Secretário de Estado da Cultura, *Pedro Miguel Santana Lopes*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA JUSTIÇA, DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DA SAÚDE.

Portaria n.º 986/92

de 20 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, estabeleceu o novo regime sancionatório da condução sob a influência do álcool.

A entrada em vigor do nele constante dependia, nos termos do seu artigo 21.º, da publicação da sua regulamentação. Com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/90, de 14 de Maio, deu-se parcialmente cumprimento ao comando legal.

Urge, assim, completar o quadro regulamentar do Decreto-Lei n.º 124/89, o que se faz através do presente diploma.

Assim:

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril:

Manda o Governo, pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Saúde o seguinte:

1.º O doseamento de álcool no sangue, para efeitos de contraprova, é feito pelo método de oxidação electroquímica em célula de combustível.

2.º O impresso a utilizar no exame directo será o do modelo I anexo ao presente diploma.

3.º — a) São os seguintes os laboratórios hospitalares dos serviços de urgência autorizados a efectuar as análises para determinação da taxa de álcool no sangue:

Hospital de São José, em Lisboa;
Hospital de Santa Maria, em Lisboa;
Hospital de São Francisco Xavier, em Lisboa;
Hospital de Santo António, no Porto;
Hospital de São João, no Porto;
Hospital da Universidade, em Coimbra;
Hospital Distrital de Faro;
Hospital Distrital de Beja;
Hospital Distrital de Leiria;
Hospital Distrital de Castelo Branco;
Hospital Distrital da Guarda;
Hospital Distrital de Viana do Castelo;
Hospital Distrital de Viseu;
Hospital Distrital de Elvas;
Hospital Distrital de Setúbal;
Hospital Distrital de Bragança;
Hospital Distrital de Vila Real;
Hospital Distrital de Braga;
Hospital Distrital de Guimarães;
Hospital Distrital de Portalegre;
Hospital Distrital de Aveiro;
Hospital Distrital de Évora;
Hospital Distrital de Santarém.

b) A lista referida na alínea anterior poderá ser alargada por portaria conjunta dos Ministros da Adminis-

tração Interna, da Justiça, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Saúde.

4.º O recurso a que se refere o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é efectuado pelo método da cromatografia e é realizado, exclusivamente, pelos laboratórios das seguintes entidades:

Instituto de Medicina Legal de Lisboa;
Instituto de Medicina Legal do Porto;
Instituto de Medicina Legal de Coimbra;
Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas.

§ único. Estes laboratórios são ainda autorizados a realizar os exames referidos no n.º 3.º da presente portaria.

5.º A tabela de preços a praticar nos actos de intervenção médica será a constante das tabelas de preços praticados pelo Serviço Nacional de Saúde no referente à urgência e aprovados anualmente por portaria do Ministro da Saúde.

6.º A declaração a que se referem o n.º 2 do artigo 8.º e o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é a do modelo II anexo ao presente diploma.

7.º A notificação a que se refere o n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é a do modelo III anexo ao presente diploma.

8.º A declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é a do modelo IV anexo ao presente diploma.

9.º A requisição a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é a do modelo V anexo ao presente diploma.

10.º A recusa a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, é a do modelo VI anexo ao presente diploma.

11.º A notificação a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 12/90, de 14 de Maio, será feita nos termos do modelo VII anexo ao presente diploma.

12.º É revogada a Portaria n.º 1091/82, de 19 de Novembro.

Ministérios da Administração Interna, da Justiça, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Saúde.

Assinada em 18 de Setembro de 1992.

Pelo Ministro da Administração Interna, *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*, Secretário de Estado da Administração Interna. — Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Cardoso Borges Soeiro*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Jorge Manuel Mendes Antas*, Secretário de Estado dos Transportes. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto de Ministro da Saúde.

ANEXO

MODELO I

1 — Identificação:

Nome do observado: ...
Idade: ... Estado: ... Natural d...
Profissão: ...
Acidente ocorrido em ... (local da ocorrência).
Hora: ... Data: ...
Agente da autoridade n.º ... (agente participante).
Exame clínico efectuado em ...
Hora: ... Data: ...
Foi tirado o sangue para determinar a alcoolemia em ...
Hora: ... Data: ...

2 — Aspecto geral:

Apresentação: ...
 Fácies: ...
 Conjuntivas: ...
 Hálito: ...
 Pulso: ...

3 — Observação psíquica (riscar o que não interessa e acrescentar o que for necessário):

Estado de consciência — lúcido, confuso, com oscilações da vigília durante o exame.

4 — Observação somática (riscar o que não interessa):

4.1 — Provas de equilíbrio:

Equilíbrio (olhos abertos e pés juntos) — bom, mau, deficiente.
 Equilíbrio sobre o pé esquerdo — bom, mau, deficiente.
 Equilíbrio sobre o pé direito — bom, mau, deficiente.
 Sinal de Romberg — negativo, positivo.
 Marcha (olhos abertos) — normal, lenta, rápida, em ziguezague, oscilante, pernas afastadas, quedas.
 Marcha (olhos fechados) e percorrendo o mesmo caminho que fez com os olhos abertos — normal, lenta, em ziguezague, oscilante, pernas afastadas, quedas, não consegue orientar-se.

4.2 — Coordenação dos movimentos:

Prova do dedo indicador no nariz — normal, anormal.
 Prova de oposição dos dedos da mão esquerda com os da mão direita — normal, anormal.
 Gestos simples (abrir uma caixa de fósforos e acender um) — bom, mau.

4.3:

Tremor dos dedos das mãos — não tem, tem, acentuado, ligeiro.
 Tremor palpebral — não tem, tem.
 Contacto com o médico — bom, mau, deficiente.
 Orientação temporal — cita correctamente o dia, mês, ano, tempo de viagem.
 Orientação espacial — sabe o lugar onde está, onde reside, o caminho percorrido até ter o acidente.
 Conversação (sobre tema banal, de preferência profissional) — normal, com erros, absurda.
 Leitura (em voz alta) e compreensão de um texto — boa, má, deficiente.
 Descrição de uma gravura — boa, má, deficiente.
 Interpretação de uma gravura — boa, má, deficiente.
 Dicção — normal, lenta, rápida, hesitante, explosiva, incompreensível, falha nas palavras teste.
 Escrita — normal, tremida, ilegível, palavras incompletas.
 Cálculo simples (somar mentalmente duas parcelas com dois números ou envolvendo um troco até 50\$) — correcto, incorrecto, lento.
 Contar de 20 a 1 (tempo máximo, vinte segundos) — conseguiu, não conseguiu.
 Teste de Burdon (num texto de 10 linhas riscar duas letras) — sem faltas, com algumas faltas, com muitas faltas.
 Atitude geral no decorrer da observação — normal, excitação, apatia, vivacidade, lentidão, euforia, tristeza, sinceridade, falsidade, fantasia.
 Ideias extravagantes, ideias deliriformes.

4.4 — Provas oculares:

Reacção pupilar à luz — tem, não tem.
 Reacção pupilar à acomodação — tem, não tem.
 Nistagmos — não tem, tem.

4.5 — Reflexos:

Rotulianos:

Esquerdo:

Normal.
 Aumentado.
 Diminuído.
 Abolido.

Direito:

Normal.
 Aumentado.
 Diminuído.
 Abolido.

Aquilinos:

Esquerdo:

Normal.
 Aumentado.
 Diminuído.
 Abolido.

Direito:

Normal.
 Aumentado.
 Diminuído.
 Abolido.

4.6 — Sensibilidade:

Dolorosa — tem, não tem.
 Táctil — tem, não tem.

5 — Quaisquer outros dados que possam ter interesse para comprovar o estado do observado: ...

6 — Declarações do observado:

Dia: ... Hora da última refeição: ... Tipo de alimentos: ...
 Bebidas alcoólicas ingeridas nas últimas três horas: ...
 Que qualidades de bebidas alcoólicas: ... Quantidade: ... A que horas bebeu pela última vez: ...
 Hábitos alcoólicos anteriores ao acidente: ... Doenças que sofreu: ... Medicamentos que toma habitualmente: ...

7 — Conclusões. — Pelo exame efectuado, conclui-se o seguinte (riscar o que não interessa):

- 1) O observado apresenta sintomas de estar influenciado pelo álcool.
- 2) O observado não apresenta sintomas de estar influenciado pelo álcool.

Nome do médico (legível): ...

Residência: ... Número da cédula profissional: ...

Assinatura do médico: ...

MODELO II

Declaração

..., médico em serviço no ..., declara não ter procedido à realização de testes tendentes a diagnosticar o estado de influenciado pelo álcool de ..., em virtude de ...

Assim, o suspeito (riscar o que não interessa):

- 1) Foi submetido a exame ...
- 2) Vai ser remetido ao Hospital ...
- 3) Não foi submetido a qualquer exame nem remetido a outra instituição por a tal se ter recusado, pelo que assina comigo a presente declaração.

O Médico, ...

O Suspeito, ...

MODELO III

Notificação

É por este meio notificado(a) ..., residente em ..., titular da licença de condução n.º ..., que, relativamente à infracção a que se reporta o auto de transgressão n.º ..., fica sujeito(a) ao disposto nos artigos 1.º a 4.º do Decreto-Lei n.º .../... (condução sob a influência do álcool), podendo requerer a realização de exames para efeitos de contraprova.

O Autuante, ... Posto: ...

Tomei conhecimento e declaro pretender/não pretender realizar exames para efeitos de contraprova (riscar o que não interessa).

O Condutor, ...

MODELO IV

Declaração

..., titular da licença de condução n.º ..., declara, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º .../..., de ..., e para

efeitos do constante no auto de transgressão n.º ..., que a colheita de sangue é gravemente prejudicial para a sua saúde em virtude de ...

Mais declara estar ciente de que a presente declaração carece de comprovação por atestado médico, a apresentar, no prazo de setenta e duas horas, em qualquer posto policial, sob pena de sujeição ao regime previsto no n.º 4 do referido artigo 11.º

O Condutor, ...

MODELO V

Ao Hospital d. ...

Requisição

..., médico em serviço no ..., solicita que o sinistrado ..., titular da licença de condução n.º ..., seja submetido nesse Hospital a exames analíticos destinados a determinar o seu estado de influenciado pelo álcool, em virtude de esta instituição não possuir os meios necessários à realização dos referidos exames.

Data: ...

O Médico; ...

MODELO VI

Declaração

..., titular da licença de condução n.º ..., declara por este meio que recusa submeter-se à realização de teste de pesquisa de álcool no ar expirado em virtude de ..., tendo conhecimento das penalidades a que fica sujeito e que são, nomeadamente, a punição equivalente à condução sob influência do álcool, com TAS superior a 1,20 g/l.

Declara ainda pretender/não pretender submeter-se a exames para efeitos de contraprova (riscar o que não interessa).

O Condutor, ...

O suspeito foi esclarecido quanto às penalidades em que ocorre.

O Autuante, ... Posto: ...

Data, hora e local: ...

MODELO VII

Notificação

É por este meio notificado o Sr. ..., residente em ..., titular da licença de condução n.º ..., que, tendo requerido a sua submissão a testes para efeitos de contraprova relativamente à infracção a que se reporta o auto de transgressão n.º ..., terá, no prazo de cinco dias contados da notificação que lhe for feita dos resultados daqueles exames e caso os mesmo sejam positivos, de proceder ao pagamento de 15 000\$, sob pena de, não o fazendo, acrescer a este montante multa de igual valor.

O Autuante, ... Posto: ...

O Condutor, ...

Data, hora e local: ...

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA

Portaria n.º 987/92

de 20 de Outubro

De acordo com o disposto no n.º 14 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 376/91, de 9 de Outubro, a redução do imposto sobre produtos petrolíferos utilizado na actividade agrícola tem o âmbito de aplicação que anualmente for estabelecido por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Agricultura.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 14 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho, com a

redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 376/91, de 9 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, o seguinte:

1.º No ano de 1993, a redução de impostos prevista no n.º 13 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 376/91, de 9 de Outubro, é concedida aos proprietários das máquinas indicadas no mapa anexo, limitado ao volume de litros nele expressos, que se encontrem em boas condições de funcionamento, não sujeitas a subutilização e com emprego exclusivo ou predominante na realização de operações culturais inerentes à actividade agrícola, e aos agricultores com culturas de regadio por bombagem.

2.º O benefício fiscal respeitante às áreas regadas por bombagem será limitado a 150 l por hectare e ano.

3.º Os tractores com idade superior a 25 anos serão obrigatoriamente submetidos a verificação técnica, tendo em atenção os parâmetros indicados no n.º 1.º

4.º Os alugadores de máquinas têm direito a usufruir do benefício fiscal, como forma de beneficiar indirectamente os agricultores sem máquinas, desde que façam prova junto da entidade onde tiverem feito o seu manifesto de que exercem efectivamente tal actividade, ficando, porém, obrigatoriamente condicionado à prática de preços de aluguer não superiores aos contidos em tabela a publicar anualmente pela Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA) e divulgada pelas direcções regionais de agricultura.

5.º O direito ao benefício fiscal fica condicionado ao manifesto das máquinas mencionadas no mapa anexo e das áreas regadas por bombagem nas direcções regionais de agricultura ou em instituições devidamente credenciadas para o efeito, de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Beneficiários que já constem dos ficheiros de 1992 — mediante simples confirmação ou rectificação, em folhas de computador impressas, das declarações registadas naquele ano;
- b) Inscrições novas — mediante elaboração de um processo de habilitação completo.

6.º O período de inscrição, não prorrogável, decorrerá até 16 de Outubro do ano em curso.

7.º Os beneficiários poderão proceder à rectificação das respectivas áreas regadas por bombagem, junto dos serviços regionais onde estiver o seu manifesto, no período de 20 de Abril a 15 de Maio de 1993.

8.º As direcções regionais de agricultura controlam as declarações e manifestos mencionados nos n.ºs 4.º e 5.º através da vistoria às máquinas e áreas regadas por bombagem escolhidas por amostragem, a nível nacional, entre todos os beneficiários possíveis, excepção feita aos casos dos tractores com mais de 25 anos, em que, conforme se indica no n.º 3.º, a vistoria é obrigatória.

9.º As falsas declarações feitas pelos eventuais beneficiários das inscrições referidas no n.º 5.º, atenta a rectificação permitida do n.º 7.º, e as infracções ao disposto no n.º 4.º ficarão sujeitas à aplicação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 261-A/91, de 25 de Julho.

10.º Os encargos técnicos e administrativos adicionais inerentes ao processamento do benefício fiscal do